



RELATÓRIO E CONTAS

2017

Índice

1. Enquadramento geral.....	3
2. Resultados e Balanço	5
2.1 Demonstração de resultados	5
2.2 Financiamento das diferentes atividades	9
2.3 Grau de sustentabilidade dos centros de atividade.....	10
2.4 A execução orçamental	10
2.5 Balanço	12
3. Proposta de aplicação de resultados	13
4. Nota final.....	13
Anexos:.....	15

Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do Resultado Líquido.....	5
Gráfico 2 Evolução dos rendimentos	6
Gráfico 3 - Rendimentos obtidos de organismos públicos.....	6
Gráfico 4 - Rendimentos obtidos por organismos privados.....	7
Gráfico 5 - Evolução dos gastos.....	8

Tabelas

Tabela 1 - Gastos: principais rubricas.....	8
Tabela 2 - Financiamento por áreas de atividade	9
Tabela 3 - Sustentabilidade de cada centro de atividade	10
Tabela 4 - Execução orçamental	10
Tabela 5 - Alguns rácios financeiros	13

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

JRS – PORTUGAL – Serviço Jesuíta aos Refugiados – Associação Humanitária

Nos termos das disposições legais e estatutárias, vem a Direção do JRS-Portugal apresentar o Relatório de Contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

1. Enquadramento geral

A atividade desenvolvida pelo JRS Portugal no ano de 2017 esteve associada ao atendimento e acolhimento, em diferentes vertentes, de imigrantes económicos e de refugiados.

Neste sentido o JRS Portugal desenvolveu toda uma atividade de acolhimento e alojamento de migrantes, nomeadamente através do seu Centro de Atendimento, disponibilizando diferentes serviços (apoio social e sócio legal, saúde, emprego e academia), do Centro de Acolhimento (CPA) proporcionando alojamento e alimentação a imigrantes “sem abrigo” e da Unidade Habitacional de St^o. António (UHSA) dando apoio psico-social aos migrantes em situação de detenção.

No que respeita especificamente aos refugiados, o JRS Portugal manteve o envolvimento em três principais domínios: na Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), na qual assumiu a responsabilidade do Secretariado Técnico; no Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados (CATR) da Câmara Municipal de Lisboa, apoiando os refugiados no período em que aguardam, no centro, a sua passagem para habitações autónomas e no Projeto de Acolhimento de Famílias (PAF) que acolhe famílias em habitações que estão sob a responsabilidade do JRS Portugal.

Para além deste contacto direto com a população migrante, existem um conjunto de áreas que dão apoio às áreas mais operacionais, como sejam o serviço financeiro e administrativo que garante gestão financeira e a gestão do quadro de pessoal para além da preparação das candidaturas a projetos de diferente índole, a área de advocacy que desenvolve ações no domínio na defesa dos migrantes e a área de Comunicação que divulga interna e externamente a ação do JRS Portugal e organiza todos os eventos aos quais o JRS Portugal está associado.

Por fim, no domínio da mediação sócio cultural, o JRS Portugal tem deslocados no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e no Alto Comissariado para as Migrações (ACM) um conjunto de colaboradores especializados nas áreas das migrações e diálogo intercultural, com vista à prossecução das suas incumbências estaduais, nestes domínios.

O detalhe de toda esta ação do JRS Portugal poderá encontrar-se no Relatório de Atividades referente ao ano de 2017, que detalha as ações desenvolvidas, constituindo um documento autónomo ao presente Relatório e Contas.

Os recursos financeiros para por em prática toda esta ação foram obtidos, por via da prestação de serviços de âmbito social, contratados com o Estado, por donativos de particulares e empresas que se identificam com a missão do JRS Portugal e por candidaturas a projetos específicos de apoio aos migrantes, em diferentes domínios.

Desenvolveram-se assim um conjunto de parcerias com diferentes Entidades, sejam elas Públicas ou Privadas de que salientam: o Serviço de Estrangeiro e Fronteiras (SEF), a Segurança Social, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM); o Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP); a Direção Geral do Consumidor (DGC) e a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a Gebalis - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, SA Dentro das organizações privadas incluem-se, entre outros, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação EDP, a Entreaajuda e o Grupo Jerónimo Martins.

2. Resultados e Balanço

As Demonstrações Financeiras do JRS-Portugal foram elaboradas de acordo com o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, Portaria n.º 105/2011 de 14 de março, Aviso n.º 6729-B/2011 de 14 de março, bem como com as outras normas de contabilidade em vigor.

Esta análise foi feita com base no Balanço, Demonstração de Resultados e outros elementos contabilísticos elaborados pela TABIL - Técnica de Contabilidade, Lda.

2.1 Demonstração de resultados

Analisando a Demonstração dos Resultados (Anexo 1) verifica-se que o Resultado Operacional de 2017 apresentou um valor positivo de 2.437,77€.

Resultado Líquido

O Resultado líquido do período foi positivo de **3.043,05€**, o que é ligeiramente melhor do que o resultado de 2016.

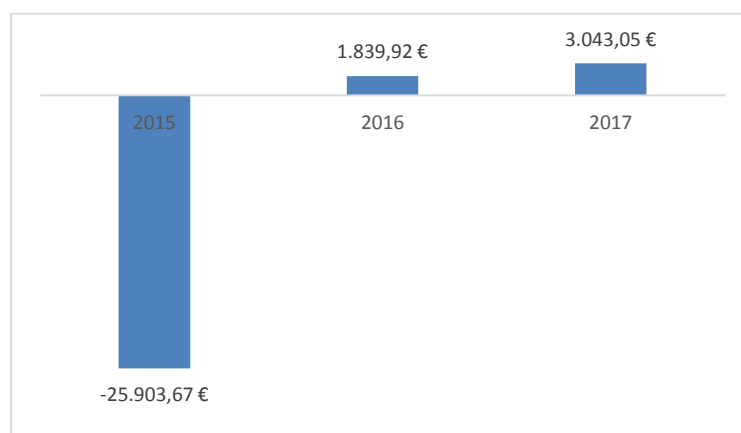


Gráfico 1 - Evolução do Resultado Líquido

De salientar que na constituição deste resultado e à semelhança do ano anterior, teve o impacto necessidade de garantir o pagamento da contrapartida nacional de 25%, no âmbito das candidaturas dos projetos apresentados para o cofinanciamento do Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI). Os diferimentos efetuados, nos anos anteriores, totalizando 177.783,43€ não foram ainda suficientes para assegurar a contrapartida nacional necessária. Por isso, os mesmos procedimentos contabilísticos e financeiros foram também efetuados em 2017, diferindo parte do montante recebido a título de donativos de particulares, no valor de 33.500,00€, a fim de serem reconhecidos como rendimentos no período entre 2018 e 2020, cobrindo, deste modo, a componente de autofinanciamento (contrapartida nacional) dos mencionados projetos.

Rendimentos

Os rendimentos no ano de 2017 foram de 1.606.341,03€.

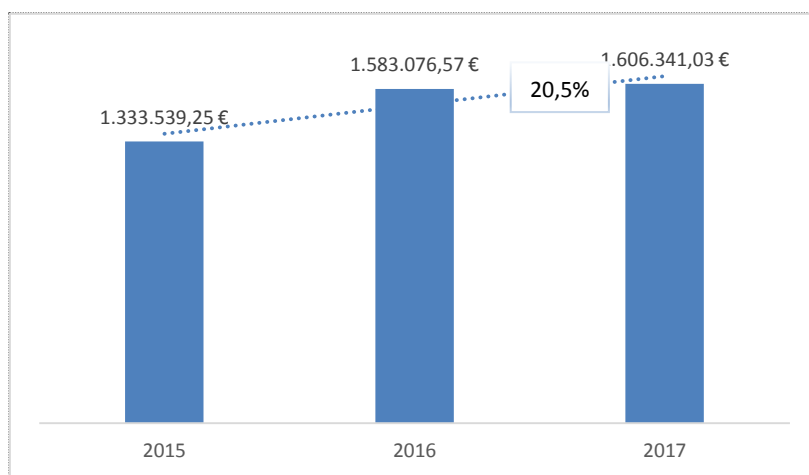


Gráfico 2 Evolução dos rendimentos

A taxa de variação de 2017 relativamente a 2016 foi de 1,5%, a que corresponde um valor adicional de 23.264,00€. A variação relativamente ao ano de 2015 foi significativa, tendo os rendimentos aumentado 20,5%.

Os rendimentos obtidos no ano de 2017 estão associados, fundamentalmente, aos Subsídios à Exploração de vários organismos (públicos e privados) aos donativos de particulares e empresas e ao valor associado à consignação do IRS.

Os rendimentos provenientes dos Organismos Públicos que representam 83,3% do total dos rendimentos corresponderam a 1.338.540,38€, distribuídos da seguinte forma:

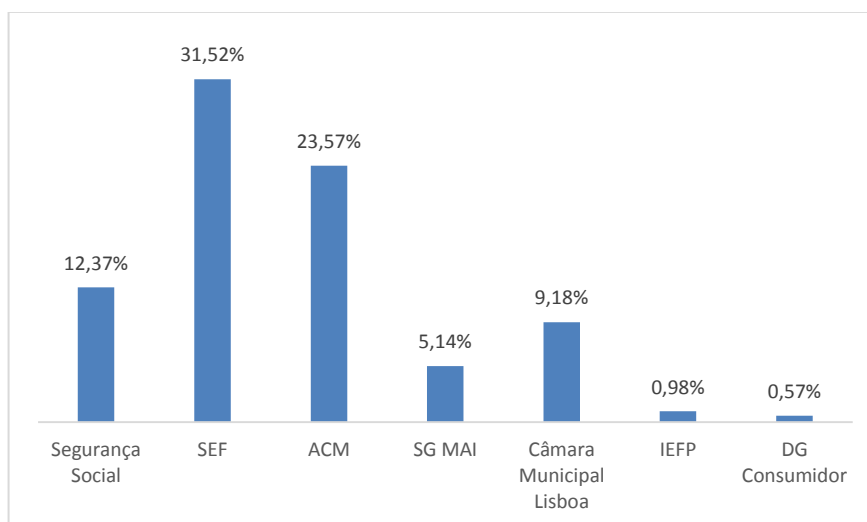


Gráfico 3 - Rendimentos obtidos de organismos públicos

Os rendimentos de âmbito público estão relacionados com os serviços sociais que o JRS presta aos seus Utentes – Migrantes bem como à ação de mediação sociocultural, nomeadamente junto dos organismos Serviço de Estrangeiros Fronteiras (SEF) e Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Incluem-se, também, os programas de apoio aos Refugiados/Reinstalados/Recolocados, no âmbito dos protocolos com o Estado Português e Organismos da União Europeia.

Com respeito aos organismos privados, o montante total recebido foi de 267.800,65€, o qual representa 16,7% do total dos rendimentos obtidos, distribuídos de acordo com o gráfico abaixo.

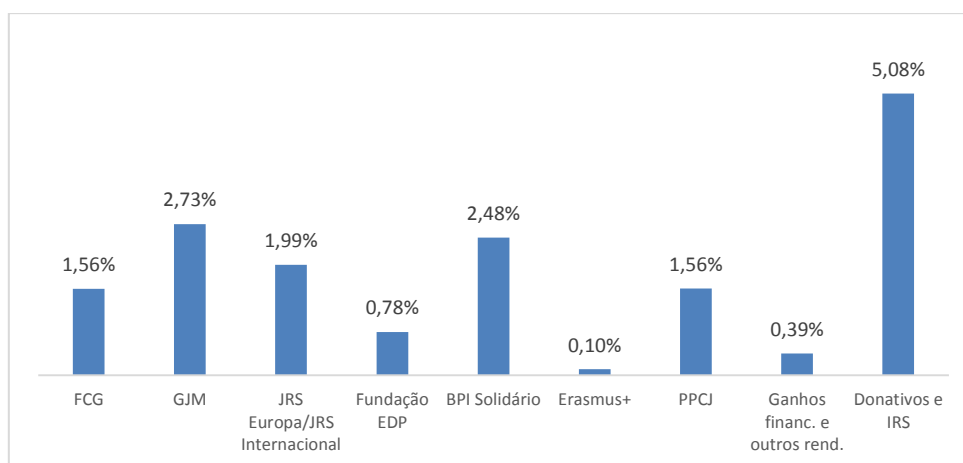


Gráfico 4 - Rendimentos obtidos por organismos privados

Uma parte importante dos rendimentos está associada a projetos específicos, de que são exemplos: Capacitação4refugees (33.323,48€), BPI Solidário - Corações de mãe (30.411,98€), VemSer+ (11.151,09€), Secretariado Técnico da PAR (46.971,94€), HurdShip Fund (6.311,08€), Communities of Hospitality (15.941,16€); Bestco Pratices (9.188,86€).

Outra componente importante refere-se aos donativos que incluem a consignação da quota IRS, donativos de particulares e de empresas e donativos em espécie, no valor total de 81.597,44€.

No que se refere especificamente aos donativos em espécie, no montante total 60.821,90€, associados ao fornecimento de refeições e de géneros alimentares aos centros de acolhimento, são de salientar o Grupo Jerónimo Martins (67,2%), Supermercados Continente (18,0%) e Banco Alimentar (14,8%).

Gastos

Os gastos, no ano de 2017, atingiram o montante de 1.603.297,98€, o que correspondeu a um aumento relativamente a 2016 de 1,4%

Em termos evolutivos verifica-se que os gastos tiveram um crescimento nos últimos três anos, com uma taxa de variação de 2015 para 2017 de 17,9%

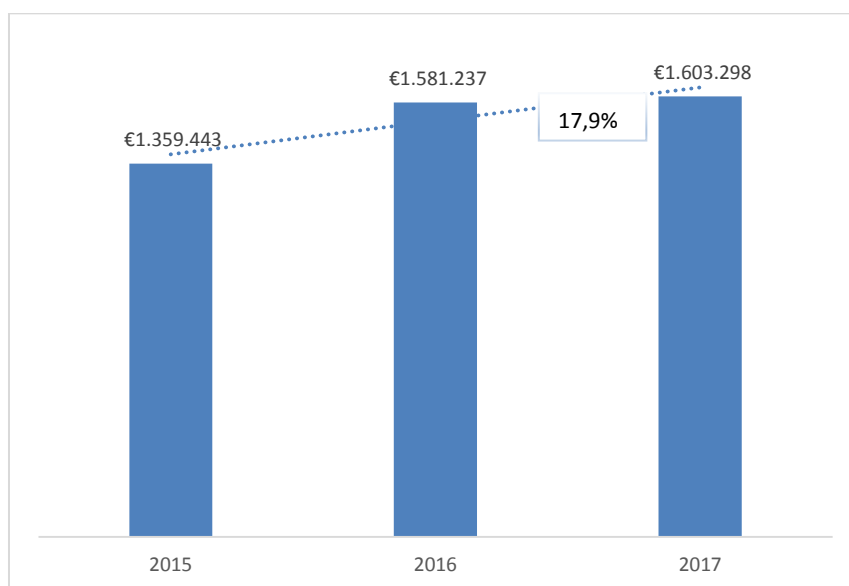


Gráfico 5 - Evolução dos gastos

No que se refere aos gastos, no montante de 1.603.297,98 €, verifica-se que as principais rubricas correspondem aos custos com pessoal que representam 79,48% do total e aos Fornecimentos e serviços externos, 9,91%.

Rubricas	Valor	Percentagem
Custo mercadorias vendidas e consumidas	62 077,93 €	3,87%
Fornecimentos e serviços externos	158 834,80 €	9,91%
Gastos com o pessoal	1 274 290,84 €	79,48%
Outros gastos e perdas	105 673,78 €	6,59%
Depreciação e amortização	2 110,78 €	0,13%
Juros e gastos similares suportados	309,85 €	0,02%
Total	1 603 297,98 €	

Tabela 1 - Gastos: principais rubricas

Comparativamente a 2016 verifica-se que tanto os gastos de pessoal (-0,3%) como o Fornecimento de Serviços de Terceiros (-0,1%) se mantiveram praticamente inalterados.

A distribuição dos gastos por Área de atividade indica-nos que as Áreas de Atendimento e Acompanhamento de Migrantes (que inclui os gabinetes Social, Emprego, Academia JRS, Saúde, Centro de alojamento temporário – CPA e a Unidade Habitacional de Santo António - UHSA) e de Mediação Sociocultural (mediadores SEF e ACM) continuam a ser as áreas com os maiores gastos, que representam cerca de 74% do total.

No ano de 2017 verificou-se que a Área de Acompanhamento de Refugiados manteve o mesmo nível de gastos do ano de 2016, ou seja cerca de 18% dos gastos totais.

A distribuição pelas diferentes atividades processou-se da seguinte forma: Mediação Sociocultural (45,87%); Atendimento e Acompanhamento de Migrantes (27,89%); Acompanhamento de Refugiados (17,71%) e Outras Áreas (8,53%).

2.2 Financiamento das diferentes atividades

O financiamento das diferentes atividades desenvolvidas pelo JRS Portugal está associado a rendimentos obtidos por via da Segurança Social (a semelhança do ano anterior, cerca de 12% do total dos financiamentos obtidos) e de projetos específicos financiados por organismos públicos e privados.

O quadro abaixo representa a distribuição dos gastos e respetiva cobertura pelas diferentes fontes de financiamento.

Áreas e Gabinetes	Segurança Social	Projetos específicos	Total
Área de Atendimento e Acompanhamento de Migrantes	175.549,12 €	271.638,24 €	447.187,36 €
Gabinete Social	28.729,45 €	45.674,10 €	74.403,55 €
CPA	120.406,87 €	60.821,90 €	181.228,77 €
Gabinete de saúde	8.279,70 €	6.311,08 €	14.590,78 €
Gabinete de emprego / Academia JRS	17.477,99 €	125.890,27 €	143.368,26 €
Jurídico	655,11 €	9.673,76 €	10.328,87 €
UHSA		23.267,13 €	23.267,13 €
Voluntariado	1.912,45 €		1.912,45 €
Comunicação		25.130,02 €	25.130,02 €
Mediação		735.379,62 €	735.379,62 €
SEF		407.267,49 €	407.267,49 €
CNAI		328.112,13 €	328.112,13 €
Área de Acompanhamento de Refugiados		283.995,38 €	283.995,38 €
Outras	50.890,41 €	58.802,74 €	109.693,15 €
Total	228.351,98 €	1.374.946,00 €	1.603.297,98 €

Tabela 2 - Financiamento por áreas de atividade

O montante assegurado pela Segurança Social, por via dos Acordos Atípicos respetivos, para o desenvolvimento da atividade das diferentes áreas correspondeu a 228.351,98€. As maiores

comparticipações estão associadas ao Centro de Acolhimento Pedro Arrupe (CPA) que possui uma capacidade de alojamento para 25 utentes.

2.3 Grau de sustentabilidade dos centros de atividade

A comparação dos gastos por valências com os respetivos financiamentos permite verificar que, no caso das duas principais áreas de atividade do JRS Portugal – Centro de Atendimento e Centro de Acolhimento Temporário Centro Pedro Arrupe, o financiamento pelos Acordos Atípicos com o Instituto da Segurança Social, I.P. não é suficiente. Deste modo, o funcionamento das mesmas só é possível devido à existência de alguns excedentes associados as outras atividades desenvolvidas pelo JRS-Portugal.

A avaliação do grau de sustentabilidade de cada um dos centros de atividade está refletida no quadro abaixo:

Rubricas	Despesas totais	Receitas			Saldo	
		Segurança Social	Outras	Total	Valor	Percentagem
Centro de Atendimento	377.316,30 €	88.773,84 €	256.648,75 €	345.422,59 €	- 31.893,71 €	91,55%
Mediação CNAI	328.112,13 €		344.429,93 €	344.429,93 €	16.317,80 €	104,97%
Mediação SEF	407.267,49 €		440.471,12 €	440.471,12 €	33.203,63 €	108,15%
Centro Pedro Arrupe (CPA)	183.339,55 €	109.998,97 €	62.639,80 €	172.638,77 €	- 10.700,78 €	94,16%
Unidade Habitacional Stº. António (UHSA)	23.267,13 €		24.760,39 €	24.760,39 €	1.493,26 €	106,42%
Área de Acompanhamento de Refugiados	151.870,04 €		165.861,36 €	165.861,36 €	13.991,32 €	109,21%
Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados (CATR)	132.125,34 €		112.756,87 €	112.756,87 €	- 19.368,47 €	85,34%
Total	1.603.297,98 €	198.772,81 €	1.407.568,22 €	1.606.341,03 €	3.043,05 €	100,19%

Tabela 3 - Sustentabilidade de cada centro de atividade

2.4 A execução orçamental

Na tabela seguinte está refletida, em traços gerais, a execução do orçamento de 2017.

Rubrica	Orçamentado	Executado	Grau de Execução
Rendimentos	1.692.552,33€	1.606.341,03€	94,91%
Gastos	1.691.603,25€	1.603.297,98€	94,78%
Resultado líquido	949,08€	3.043,05€	

Tabela 4 - Execução orçamental

O grau de execução orçamental dos rendimentos ficou, tal como no que se refere aos gastos, abaixo do previsto.

2.5 Balanço

Relativamente às principais rubricas do balanço (Anexo 2), verificou-se o seguinte:

O **Ativo**, no valor de 823.469,10€, subdivide-se em **Ativo não corrente**, no montante de 68.581,01€ a que estão associados equipamentos, de transporte e administrativo e edifícios e outras construções e **Ativo Corrente** no valor de 754.888,09€. No que respeita ao Ativo corrente salientam-se as rubricas “Outras Contas a Receber”, no montante de 175.015,90€ referente a fundos de projetos em curso a que estão associados custos já suportados mas de que o JRS Portugal ainda não foi ressarcido, pese embora as diligências efetuadas neste domínio e Caixa de depósitos bancários no montante de 537.998,84€.

O **Passivo**, no valor de 667.945,83€ está associado às rubricas “Outras Contas a pagar” no montante de 217.439,94€, valor referente a verbas de remunerações a liquidar (férias, subsídios de férias e respetivos encargos) e verbas a devolver no âmbito de acerto de contas de projetos finalizados.

Nos Diferimentos estão refletidas as verbas recebidas, antecipadamente, pelo JRS-Portugal para projetos específicos já aprovados e que serão utilizadas e justificadas durante o ano de 2018.

Para além disso, está incluído também na rubrica Diferimentos o montante de 177.783,43€ (44.283,43€ de 2015, 100.000,00€ de 2016 e 33.500,00€ de 2017) com vista a ser reconhecido como rendimentos no decorrer dos próximos anos (até 2020), a fim de cobrir as despesas dos projetos, associadas à comparticipação nacional (25%) cujas candidaturas foram apresentadas para o cofinanciamento do Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI).

O **Capital Próprio** apresenta o valor de 155.523,27€. De salientar, nesta rubrica, os Resultados transitados no montante de 43.660,18€ e as Variações nos Fundos Patrimoniais, com o valor de 58.172,70€, justificado por subsídios (Santa Casa da Misericórdia e Cúria Provincial) que são objeto de amortização anual. A rubrica Fundos, no valor de 50.647,34€ corresponde a capital inicial de constituição.

Indicadores financeiros

Contabilisticamente, os montantes elevados das rubricas de Outras contas a pagar e Diferimentos, refletiram-se em alguns indicadores financeiros

Rácios	2017	2016	2015
Rácio de solvabilidade	23%	28%	41%
Endividamento global	429%	355%	242%
Autonomia financeira	19%	22%	29%
Rendibilidade líquida	+	+	-

Tabela 5 - Alguns rácios financeiros

3. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido no exercício de 2017 no valor de **3.043,05€** seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

4. Nota final

A gestão do JRS Portugal tem sido pautada por um controlo cuidado dos custos e pelo desenvolvimento de ações para captação de meios financeiros que permitam a sustentabilidade da Instituição. Só por via da credibilidade do JRS Portugal e pelo exemplo da sua ação é que Instituições e Privados são motivadas para o apoio ao desenvolvimento desta grande causa social.

O Relatório e Contas que agora se apresente refletem bem essa realidade. Tem havido sempre a preocupação de estabelecer um rigoroso equilíbrio entre os rendimentos e gastos, pese embora a cada vez maior atividade que o JRS Portugal desenvolve no domínio do apoio à população migrante do nosso país.

Toda a ação de apoio social só é possível através da contrapartida do Estado pelos serviços que o JRS Portugal presta à população migrante de menores rendimentos, pelo sucesso nas candidaturas apresentadas, no âmbito de fundos destinados a esta população, que se consubstanciam em projetos em diferentes áreas, pelo apoio de entidades públicas e privadas seja em parcerias para o desenvolvimento de projetos, seja por via donativos, nomeadamente em espécie e, finalmente, por um sem número de pessoas que por via da consignação do IRS ou através de donativos individuais muito contribuíram para a melhoria do bem-estar desta população.

Para desenvolver as diferentes ações em diversos domínios o JRS Portugal conta com uma equipa técnica altamente empenhada, na qual se englobam numerosos voluntários e alguns estagiários, a qual está permanentemente disponível para Acompanhar, Servir e Defender todas estas pessoas que deslocadas dos seus países de origem esperam por uma nova e melhor oportunidade.

Deixamos, por fim, uma palavra de grande reconhecimento e apreço a um conjunto de Entidades que acreditam na ação do JRS Portugal e nos ajudam a manter a nossa missão, nomeadamente:

- À Companhia de Jesus pelo apoio e confiança que depositou no JRS Portugal;

- Aos nossos associados e benfeitores, pelo grande contributo que deram à atividade do JRS Portugal:
- Aos colaboradores e voluntários, por toda a dedicação e trabalho desenvolvido;
- Às Instituições e Organismos Oficiais com quem o JRS Portugal trabalhou em Parceria;
- Às Instituições e empresas privadas que se predispuseram a ajudar, de uma forma desinteressada, o JRS Portugal.

14 de Março de 2018

A Direção

Presidente Padre António Amaral sj

Vice-Presidente Joaquim José Leite de Castro Fraga

Secretário Padre Filipe André Jacinto Páscoa Martins sj

Tesoureira Vera Mónica Luís Marques

Vogal Maria da Conceição Félix Machado

Anexos:

Anexo 1 - Demonstração dos Resultados por Natureza (2016 e 2015)

Anexo 2 – Balanço Individual (2016 e 2015)